

A Importância dos Saberes Indígenas para a Educação no Brasil: O NEABI como Ferramenta de Inclusão e Interculturalidade

Maria Vitória T. Liberal (IFPB, Monteiro), Alice Giovanna de Oliveira Amorim (IFPB, Monteiro), Matheus N. Simão (IFPB, Monteiro), Laila Maria R. Jatobá (IFPB, Monteiro), Lívia Lohane G. Pereira (IFPB, Monteiro).

E-mails: maria.liberal@academico.ifpb.edu.br, amorim.oliveira@academico.ifpb.edu.br, matheus.neves@academico.ifpb.edu.br, Laila.maria@academico.ifpb.edu.br, livia.lohane@academico.ifpb.edu.br.

Área de conhecimento (Tabela CNPq): 7.08.00.00-6 Educação.

Palavras-chave: conhecimento; indígena; invisibilização; resgate; educação; sociedade.

1. Introdução

O intuito deste artigo é analisar o papel dos conhecimentos indígenas no sistema educacional brasileiro, permitindo assim compreender seus aproveitamentos para a sociedade, potencial e valor para áreas como medicina, sustentabilidade e tecnologia, e como se compõe suas aplicações na sociedade. Através de uma abordagem que busca entender como se conceituam, será possível refletir sobre métodos de diminuição da vulnerabilidade social desses povos, tentando trazer a participação deles para o meio social e educacional. Em acréscimo, serão ressaltados quais são os desafios para a incorporação desses saberes no meio acadêmico, buscando saber quem são os agentes que atuam como empecilhos.

Também é objetivo dos autores refletir sobre a importância do NEABI como um núcleo que atua em prol da defesa de grupos marginalizados, expondo a resposta governamental em relação à sustentação dessa instituição, suas ações sociais e presença em instituições de ensino: institutos federais e universidades.

A relevância de todas essas questões é notória ao investigar-se a trajetória dos nativos brasileiros, marginalizados sobre o prisma do eurocentrismo, consolidado após séculos de colonialismo, que os levou à periferia da estrutura social. Para mais, este trabalho apresenta a importância dos povos originários para a educação brasileira, com o fito não apenas de se obter um diploma, entretanto, desenvolver habilidades e competências para a vida. Nesse ínterim, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas assume significativa relevância, não apenas como ferramenta para a promoção de uma educação intercultural, mas também como forma de representação desses grupos marginalizados, para além dos “muros” dos espaços acadêmicos e instituições de ensino.

2. Materiais e métodos

Este estudo se desenvolveu sob uma ótica qualitativa e descritiva (Gil, 2017), visando entender, a partir da prática e do conhecimento teórico, o quanto valiosa é a presença do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) nas escolas.

O acompanhamento das iniciativas do Núcleo, como palestras, workshops, debates e celebrações culturais, foi feito por meio da observação direta (Minayo, 1994). Para mais, outra fase crucial do estudo foi a preparação e apresentação de um relatório de pesquisa sobre os povos originários, explorando sua história, cultura, costumes e os problemas que enfrentam hoje. Essa apresentação foi cuidadosamente elaborada com base em uma minuciosa pesquisa, utilizando fontes acadêmicas, documentos oficiais e materiais desenvolvidos por indígenas, assegurando o devido respeito e representatividade.

Adicionalmente, dados foram reunidos através de registros escritos, assim como em conversas informais com alunos, professores e integrantes do NEABI. Também se analisou as orientações que guiam o trabalho do Núcleo e as leis que protegem os direitos dos povos originários na educação, como a Lei 11.645/2008.

Esta variedade de atividades possibilitou não só a coleta de dados importantes, mas também uma análise mais profunda do papel da educação na promoção da valorização da diversidade étnico-racial e na criação de uma sociedade mais igualitária e integradora.

3. Resultados e discussão

Em sua etimologia, educar significa tirar de dentro e conduzir para fora, de tal modo fazer brotar do educando ideias e sonhos (Munduruku, 2009). A ação, que apresenta de modo literal o mesmo significado se comparada às sociedades indígenas, assume na sociedade ocidental um distinto objetivo: obter um diploma. O diploma, entretanto, não é um problema, pelo contrário, mas a educação deve assumir um sentido muito mais amplo: é preciso educar para a vida.

Uma educação para a vida vai além de ficar inerte ouvindo uma multidão de bobagens desnecessárias (Munduruku, 2009), trata-se de um processo de humanização da alma, em que o indivíduo, para além de entender conceitos e possuir um certo conhecimento técnico-científico, desenvolve a criticidade e a capacidade de se “localizar no mundo”, entendendo quem de fato é, por exemplo.

Assim, a perspectiva eurocêntrica de evolucionismo social, em que a história é concebida a partir de uma linearidade (Athias, 2007), sempre do menos desenvolvido (indígena), para o mais desenvolvido (europeu), desconsidera, dentre outros, aspectos educacionais, pois enquanto a educação ocidental é de fora para dentro, inculcando conceitos e entalando os sonhos de crianças e jovens (Munduruku, 2009), a educação indígena é de dentro para fora, fazendo brotar do educando, para além de conhecimentos específicos, sonhos.

Entretanto, em uma sociedade em que a organização do pensamento, do conhecimento e das crenças está posta sobre a compreensão da natural e divina inferioridade de outros povos, culturas e civilizações não europeias (Baniwa, 2019), perpetua-se a ideia de que o indígena, o colonizado, é menos desenvolvido que o europeu, seu colonizador. Para tanto, prevalece sempre o etnocentrismo, em que o originário é sempre subalterno, culturalmente inferior a seu colonizador e sua imagem é sinônimo de selvageria (Munduruku, 2009).

A partir do evolucionismo e da linearidade que advém, a história é contada, não como produto de um conjunto de acontecimentos que marcam a existência da humanidade, mas sim, como uma sequência valorativa do indígena até o europeu, em que a cultura e a história do originário é desimportante e toda historicidade anterior a chegada do colonizador não constitui de fato história.

É com base nessa perspectiva que são organizados, dentre outros meios educativos, os livros didáticos de história, que mesmo com a lei 11.645/2008, que estabelece o ensino obrigatório da temática: “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, ainda são baseados no imagético do colonizador acerca do colonizado, descaracterizando o originário enquanto possuidor de interesses próprios, vida própria, cultura própria (Munduruku, 2009).

A partir dessa perspectiva imagética, o indígena, sobretudo em figuras, é retratado sempre nu, nas matas, habitando ocas ou tabas e cultuando diversos deuses, dentre os quais Tupã (Munduruku, 2009). Essa imagem, de praxe atribuída ao originário e seu descendente, desconsidera não somente a diversidade étnica-cultural dos diferentes grupos indígenas, mas também outras formas de vida possíveis a esses grupos, que sem abandonar sua cultura: hábitos e crenças, podem sim adotar.

Para além desse viés, mas intrinsecamente relacionado a ele, o indígena é comumente vítima das mais diversas injustiças, o que inclui demarcações e invasões de terras, etnogenocídio e descaso por parte do poder público, associado a ausência de suporte básico ou proteção contra invasões. Trata-se de algo não recente, mas advindo desde os primórdios da formação da sociedade brasileira, a exemplo da criação da SPI (Serviço de Proteção aos Índios), em 1910, que ao considerar o “índio” como um categoria genérica, tinha por objetivo integrar o indígena a sociedade brasileira (Athias, 2007), ou ainda, da própria FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), que criada em 1997, atuava legalmente como órgão tutor dos indígenas, “relativamente incapazes” (Athias, 2007).

Nesse contexto, é essencial a criação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros Indígenas (NEABI), uma proposta de diferentes instituições de ensino, mormente universidades e Institutos Federais, principalmente como forma de representação dos grupos indígenas, socialmente esquecidos e subalternizados. Ademais, o trabalho teórico e prático do NEABI é de suma importância para as relações étnico-raciais na sociedade brasileira, uma vez que auxilia na formação de sujeitos emancipados, críticos e capazes de se manifestarem publicamente enquanto cidadãos (Martins; Souza, 2021).

Ao desenvolver o Núcleo, desenvolve-se comumente uma poderosa ferramenta de interculturalidade, possibilidade de transformar tanto a sociedade em seu conjunto como também o sistema educativo nacional, havendo uma articulação mais democrática dos distintos povos e grupos étnicos que constituem o país. Para mais, com base nessa perspectiva, o Núcleo, a partir de palestras e eventos, proporciona um maior conhecimento dos povos indígenas, ampliando a visão dos estudantes sobre os povos originários, sua história, hábitos e costumes, integrando-os a sociedade, não mais como aliados, entretanto, como parte constituinte da identidade nacional.

Dessarte, para além do supramencionado, o desenvolvimentos do NEABI é de extrema importância, não só para a representação dos povos originários no âmbito escolar, a fim de se demonstrar e reconhecer sua importância e historicidade, mas torna-se também uma forma de representação dos indígenas em espaços de poder e decisões, ao modo que a partir de ações e mobilizações do Núcleo, o tema vem sendo frequentemente discutido e debatido de modo reflexivo em diferentes espaços, para além dos acadêmicos.

4. Considerações finais

Conclui-se que a educação, em sua essência, deve ser um processo de humanização, capaz de despertar não apenas um conhecimento exterior mas também sonhos, pensamento crítico e autoconhecimento. No entanto, como observamos anteriormente, a perspectiva eurocêntrica ainda domina os sistemas educacionais e perpetua uma visão distorcida da vivência

e história dos povos indígenas. Assim, essa lógica etnocêntrica ignora a riqueza cultural desses povos, reduzindo-os a estereótipos e negando sua contribuição para a formação da sociedade brasileira.

Aqui surge a importância do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), que representa um avanço fundamental na desconstrução desses paradigmas. Ao promover a interculturalidade, o NEABI não apenas valoriza a diversidade cultural presente na instituição onde o projeto ocorre ou no Brasil, mas também fortalece a representação desses povos em uma sociedade na qual eles foram marginalizados e excluídos por muito tempo, contribuindo assim para uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora. Portanto, iniciativas como o NEABI não são apenas necessárias, mas indispensáveis para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e educada para a vida e não apenas para o mercado.

Faz-se urgente então que a sociedade reconheça a importância de uma educação que vá além da mera obtenção de diplomas, uma educação que forme cidadãos críticos, conscientes de sua história e capazes de respeitar e valorizar os povos que fazem parte dela. Somente assim será possível romper com estruturas colonialistas ainda vigentes e deixadas como herança colonial.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaríamos de expressar nossa gratidão aos professores Clayton e Luan pelas valiosas contribuições ao nosso conhecimento sobre a história e cultura dos povos indígenas. O trabalho desenvolvido por eles nos permitiu compreender melhor nossas origens e identidade. Agradecemos também aos IFPB – Campus Monteiro por apoiar a criação do NEABI em nosso Campus, visto que esse é de fundamental importância para entendermos a formação da sociedade brasileira como um todo. Por fim, reconhecemos com apreço o compromisso da instituição e de todos aqueles que a compõem em promover uma educação integral, que nos ensina a sermos mais que bons alunos, mas também bons seres humanos.

Referências

ATHIAS, Renato. **A noção de identidade étnica na antropologia brasileira: de Roquette Pinto a Roberto Cardoso de Oliveira**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

BANIWA, Gersem Luciano. Antropologia colonial no caminho da antropologia indígena. **Novos Olhares Sociais**, v. 2, n. 1, p. 22-40, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Luci Helena Silva; SOUZA, Valesca Rodrigues de. O NEABI e a educação para as relações étnico-raciais. **RELACult- Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 7, n. 4, 2021. DOI: <https://doi.org/10.23899/relacult.v7i4.1983>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MUNDURUKU, Daniel. **O banquete dos deuses: conversa sobre a origem da cultura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Global, 2009.